

JB
12/9/99 8
21

FRONTEIRA AGRÍCOLA

Investimentos do PPA visam à integração com países vizinhos para aproveitamento de riquezas

Centro-Oeste tem o maior potencial

JANES ROCHA

BRASÍLIA – Maior integração do Brasil com os países da fronteira Oeste é a idéia que vai orientar a próxima revisão do estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. O estudo, encomendado pelo governo ao consórcio Brasiliana – um grupo de empresas lideradas pela consultoria internacional Booz, Allen & Hamilton – foi a base para elaboração do Plano Plurianual (PPA) de investimentos do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso e do Orçamento do ano 2000.

Segundo José Manoel Baltar, coordenador geral da Secretaria

de Planejamento e Avaliação do Ministério do Orçamento e Gestão, o estudo deixou claro que a área tem o maior potencial de crescimento do país. “Quando todos os projetos estiverem implantados, ao longo dos próximos oito anos, o crescimento dessa região será 1% maior que o do resto do país”, afirma Baltar.

Eixos – O estudo dividiu a área em dois eixos: Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Oeste do Paraná) e Araguaia-Tocantins (Goiás, Tocantins e Maranhão). A estratégia que norteou a escolha dos mais de 70 programas para o Eixo Oeste, conta Baltar, foi a vocação predominantemente agroindustrial. “Mas não se pode

pensar apenas na agroindústria de soja, feijão e arroz, que domina essa região. Também se pensa na exploração de frutas do cerrado e de serviços”, diz.

O coordenador ressalta que governo e iniciativa privada do Centro-Oeste têm “obrigação de pensar em logística”, que é um dos maiores nós do desenvolvimento da região. Como escoar a produção e trazer pessoas, serviços e tecnologia é o desafio.

Algumas obras já em andamento são apontadas como indutoras da integração, como o gasoduto Brasil-Bolívia, a Hidrovia do Madeira e a Ferroeste, essas duas realizadas pela iniciativa privada. Nesse ponto é que entra a

integração com os países vizinhos, aproximando o Brasil do Pacífico. “O Brasil tende a avançar para o Mercosul, para uma integração maior com os países fronteiriços, a partir de atividades conjuntas de desenvolvimento”, diz o coordenador.

O estudo dos eixos – que abrange período de oito anos, entre 2000 e 2007 – apontou como prioritária a construção de trechos rodoviários entre Cáceres e a fronteira com a Bolívia (BR-70, obra orçada em R\$ 10 milhões), Miranda e Corumbá (BR-262, R\$ 1 milhão), Jardim e Porto Murtinho, na fronteira com o Paraguai (BR-267, R\$ 24 milhões). Por causa das restrições fiscais, que

afetaram todos os programas, algumas obras não entraram no Orçamento de 2000. Mas a idéia é, em conjunto com o Congresso, incluí-las nos próximos orçamentos.

Custo – “Essa integração latino-americana tem que ser valorizada”, diz o empresário Adilton Sachet, um dos maiores produtores de soja da região de Rondonópolis (MT). Se houvesse infraestrutura, diz Sachet, os produtores de soja da região poderiam importar fertilizante do Peru a custo muito inferior ao do produto que é trazido da região Sudeste.

Segundo Baltar, a noção de que a região Centro-Oeste precisa se integrar com Peru, Bolívia e Paraguai surgiu da peregrinação que os

técnicos do ministério fizeram pelos 27 estados, entre abril e julho. O objetivo era mostrar a governadores e prefeitos uma primeira versão do estudo dos eixos e receber críticas e sugestões para elaboração do PPA e do Orçamento.

Como havia prazo legal para envio ao Congresso (31 de agosto), o Ministério do Orçamento fechou o PPA com previsão inicial de programas para todas as regiões. A proposta para 2000-2003 prevê que a região Centro-Oeste receba R\$ 25,9 bilhões. É a menor parcela, em comparação com as demais regiões: R\$ 87 bilhões no Sudeste; R\$ 56 bilhões no Sul; R\$ 61 bilhões no Nordeste e R\$ 31 bilhões no Norte.

Fotos arquivo JB



Entidades que se dedicam à preservação do meio ambiente se preocupam com o impacto do plantio de soja na Amazônia. Mas a Embrapa já desenvolveu variedades para o clima da região

Expansão da soja assusta na Amazônia

SÃO PAULO – A expansão da monocultura da soja em direção à Amazônia Legal, incentivada pelo governo federal, assusta as organizações não governamentais defensoras da preservação do meio ambiente, que criaram um grupo de trabalho para discutir os impactos ambientais na região. Paralelamente, ocorre amanhã em Brasília uma das primeiras reuniões para tratar do tema, sob coordenação da Secretaria da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente.

Para o biólogo Alcides Faria, da Coalizão Rios Vivos, que congrega cerca de 200 organizações de cinco países, o governo deveria buscar a recuperação de áreas já degradadas nas regiões Sul e Centro-Oeste antes de promover “uma aventura” na Amazônia com “consequências imprevisíveis”. “Estima-se haver cerca de 20 milhões de hectares degradados por pastagens, que poderiam ser recuperados”, diz Faria. Parte dessa área, de solo fraco, está em processo de desertificação. O biólogo cita a degradação das cabeceiras dos rios do Centro-Oeste, provocada pela derrubada de matas por sojicultores nas décadas de 70 e 80, como uma péssima experiência que não pode se repetir na Amazônia.

A representante das ONGs da Região Norte no Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente), Rita Lourenço, do Centro dos Direitos Humanos e Educação Popular, do Acre, e o representante do Centro-Oeste, Sérgio Guimarães, do ICV (Instituto Centro de Vida), têm buscado informações do governo a respeito da soja na Amazônia. “Parece óbvio que a chegada da soja merece um amplo debate público. O desmatamento em larga escala na região é uma grande interrogação. Não temos estudos suficientes sobre o assunto”, afirma Rita, adiantando que, após a reunião de amanhã, as ONGs e o governo deverão formar grupo de trabalho sobre o assunto. (R.V.)

Embrapa tem variedades para a região

SÃO PAULO – A soja já pode ser plantada em regiões de mata da Amazônia Legal, bastando que o agricultor decida se é economicamente viável. Tecnicamente, não há mais empecilhos, desde que a área não seja de várzea, revela o engenheiro agrônomo Leones Alves de Almeida, do Centro Nacional de Pesquisa de Soja da Embrapa de Londrina (PR), que afirma: “Toda a Amazônia Legal é uma região potencial de expansão da fronteira agrícola. O que atrapalhava era a

falta de variedades para a região”.

Ao longo dos últimos 20 anos, os pesquisadores da Embrapa desenvolveram e consolidaram pelo menos seis variedades de soja adaptadas ao clima da Amazônia. “A produtividade das variedades da soja adaptadas para a região é tão alta quanto as do Sul do país, dependendo das condições de solo, fertilização e manejo de cultura”, diz Almeida. A Embrapa indica o plantio das variedades para os estados de Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Pará e Roraima. No Acre, há testes de variedade em andamento.

Para o pesquisador, a soja deveria ser expandida primeiro para áreas de cerrado, já degradadas por pastagens. A abertura de no-

vas áreas, com derrubada de mata, seria economicamente inviável. Segundo Almeida, como a soja necessita de um terreno sem tocos de árvores, a preparação do terreno, feita com máquinas, seria muito custosa. O trabalho da Embrapa vem sendo realizado em associação com produtores de sementes dos estados onde a variedade poderá ser plantada. O custo do projeto é estimado em R\$ 1 milhão por ano.

Segundo o pesquisador, os resultados da pesquisa da Embrapa têm tido grande aceitação entre os agricultores. “O problema hoje para os agricultores adotarem essas variedades é o problema da agricultura brasileira, ou seja, o problema econômico”, explica Almeida. (R.V.)



Para os especialistas, a soja deve se expandir para áreas de cerrado já degradadas por pastagens. Novas frentes, com derrubada de mata, seriam economicamente inviáveis